

CONCURSO PÚBLICO
MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES
CARGO: TERCEIRO SECRETÁRIO DA CARREIRA DE DIPLOMATA
PROVA DISCURSIVA – TERCEIRA FASE
NOÇÕES DE ECONOMIA – QUESTÃO 1

Aplicação: 7/10/2017

PADRÃO DE RESPOSTA DEFINITIVO

1 A despesa de juros é uma expressão de desequilíbrios primários anteriores, que geraram a dívida inicial. A melhora (ou a piora) do resultado primário tende a se refletir, mais cedo ou mais tarde, na redução (ou no aumento) da conta de juros, mesmo que a taxa de juros seja constante. Isto ocorre porque, sem financiamento monetário (que, no caso brasileiro, está restrito por dispositivos constitucionais e legais, inclusive pela LRF), um déficit primário requer cobertura por endividamento, com conseqüente elevação da despesa com juros. Por sua vez, quanto maior (menor) for a dívida pública, há mais (ou menos) risco implícito e, portanto, tendência de aumento (ou diminuição) da taxa de juros, ou seja, da conta de juros.

2A O investimento público federal tem nos últimos anos se situado, em termos do PIB, em valor semelhante ao que o governo federal investia em 2001-2002, apesar do crescimento da arrecadação líquida em mais de três pontos do PIB nesse período. Uma das principais razões para tal desempenho é que, quando se objetiva alcançar a meta anual do resultado primário ou evitar deterioração fiscal, para reduzir riscos, o investimento, como uma das partes mais discricionária do gasto público, é o principal foco do corte de despesa, ainda que esse corte, normalmente materializado em redução de ritmo ou postergação de prazo de conclusão de projetos de investimento, imponha custos econômicos relevantes, inviabilização de alguns empreendimentos e geração de ineficiências na economia. Por sua vez, como o governo federal, há anos, tem poupança fiscal negativa, o investimento público, em seu agregado, depende de operação de crédito para se viabilizar, com impacto direto no déficit, razão também pela qual os cortes de despesa se concentram nos investimentos. Essas circunstâncias explicam, em grande parte, o baixo nível do investimento público federal do país, especialmente em infraestrutura, afetando o custo Brasil e o aumento da eficiência do setor privado.

2B A arrecadação tributária atual, de cerca de um terço do PIB, percentual maior que a maioria dos países emergentes, expandiu-se rapidamente na década de 2000 em decorrência da estabilidade, do crescimento de alguns setores e da expansão da economia mundial. Mas, desde 2011, com a desaceleração econômica, o ritmo de expansão da arrecadação apenas acompanha a dinâmica do PIB. A despesa primária, porém, tem mantido o crescimento acelerado, acima da inflação, especialmente em decorrência de transferências sociais, despesas tributárias decorrentes das desonerações, subsídios, gastos de pessoal e outros gastos correntes. O resultado é o desequilíbrio fiscal dos últimos anos, que, do lado da receita, desagua em aumentos adicionais da carga tributária, comprometendo o crescimento e a geração de emprego, e/ou requer ajustes estruturais do lado da despesa, para evitar sua contínua expansão.